

Conceitos sobre cultura

De onde partir

- ✓ É legal conhecer sobre a expansão europeia e sobre o positivismo



Onde você vai chegar

- ✓ Entender o conceito de cultura e sua importância para compreender a humanidade
- ✓ Compreender o processo histórico de produção de conhecimento sobre cultura
- ✓ Entender a influência dos estudos sobre cultura nas relações entre os grupos, povos e países



Teoria

O que é cultura?

Quando falamos de cultura o muito comum é que pensemos em música, cinema, arte em geral, ou então que venha a nossa mente educação formal e instrução, formação acadêmica e por aí vai. Há também quem pense em cultura como um conjunto de práticas específico, um comportamento, uma etiqueta, sendo possível acumular essas características hierarquizando algumas como mais cultas e outras como menos cultas. Durante muito tempo o pensamento sobre os seres humanos e as sociedades partiram desse pressuposto, uma visão **hierarquizada** da cultura, pensando a cultura como um sinônimo do termo civilização, um conjunto de práticas que o que há de melhor e de mais avançado em uma sociedade, sendo esse conjunto exclusivo de apenas alguns grupos humanos no mundo (potências europeias, no caso).

O conceito de cultura na Antropologia diverge bastante dessa abordagem. Atualmente os estudos sobre cultura a definem como todo e qualquer elemento da vida humana que não seja fisiologicamente determinado, isto é, que não seja fruto de nossa própria constituição física, química e biológica. Enquanto o natural é aquilo que o homem realiza espontaneamente, em virtude do seu próprio ser, como respirar, por exemplo; o cultural, por sua vez, é aquilo que é criado pelo homem em sociedade e que, portanto, ele adquire através do seu convívio com os outros: a habilidade de escrever.

Vê-se aqui que, enquanto o sentido cotidiano de cultura é bastante restrito, o sentido antropológico de cultura é bem mais amplo, incluindo sim o comer pipoca e o lavar louça como fenômenos culturais. Por outro lado, é bom lembrar que, por mais que a visão antropológica parta de uma diferenciação entre natureza e cultura, estes dois domínios não são completamente separados, mas, ao contrário, por mais que distintos, estão sempre muito conectados no mundo real. O fato cultural da existência da língua portuguesa, por exemplo, só existe em virtude do fato natural da capacidade humana de falar.

Existem na Antropologia mais de 167 conceitos de cultura. Podemos abordar alguns que nos ajudam a entender esse fenômeno. Para a antropóloga Ruth Benedict a cultura pode ser explicada através da metáfora da lente. Através da cultura, nós, seres humanos vemos o mundo. Pessoas de culturas diferentes usam lentes diferentes e, por isso, divergem sobre como entendem o mundo.

A cultura também pode ser compreendida como uma abstração. Essa proposta afirma que a cultura pode ser identificada onde há mais que a materialidade das coisas. A abstração é característica da cultura porque aquilo que é cultural só existe (ou só pode ser cultural) na mente das pessoas.

O antropólogo Clifford Geertz era um crítico da proliferação de conceitos para cultura. Ele afirmou que seria de grande avanço para a Antropologia um esforço de síntese do que entendemos por cultura e, na intenção de contribuir para essa síntese, formulou um dos conceitos mais relevantes para o fenômeno. Para ele a cultura era *“um padrão de significados transmitidos historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação a vida”*. Ele entendia a cultura como um livro que deve ser interpretado. O antropólogo deve buscar compreender “quem as pessoas de determinada formação cultural acham que são, o que elas fazem e por que razões elas creem que fazem o que fazem”.

De maneira geral podemos afirmar como **características** da cultura:

- Ser formada pelos sentidos produzidos em sociedade;
- Possuir um caráter adaptativo, mais vantajoso em comparação à evolução biológica;
- Ser o conjunto de saberes e comportamentos de um grupo;
- Ser passada pelo processo de socialização;
- Ser volátil;
- Ser específica para cada grupo.

No início, o evolucionismo social

Mas a verdade é que nem sempre a Antropologia pensou assim. E para entender o desenvolvimento do conhecimento sobre cultura precisamos compreender a Antropologia desde seu contexto de surgimento. Para cobrir boa parte daquilo que interferiu diretamente na formação dessa área do conhecimento, é preciso voltar até o período de expansão da Europa e seu avanço sobre territórios ditos longínquos, focando no contato entre os europeus e as sociedades dos outros continentes. Esse contato inédito assume uma característica que predomina até hoje na organização e nas interações entre as sociedades no mundo e interfere totalmente no pensamento das Ciências Humanas. O surgimento da Antropologia como ciência no século XIX é totalmente influenciado por esse contato.

Isso porque a dominação europeia sobre outros povos também resultou numa infinidade de relatos, cartas, descrições e expedições investigativas. Entre os sécs. XVI e XIX uma enorme quantidade de informação sobre as populações de fora da Europa foi produzida. Com o avanço da ciência e o estabelecimento de um campo do conhecimento conhecido por “humanidades” no séc. XIX, toda essa informação começou a ser sistematizada.

Esse processo foi guiado pelo ímpeto colonizador de Europa, que desejava diversificar e aprimorar suas formas de dominação. A Antropologia surge então como um estudo do diferente, do outro, do nativo de outros territórios e que está sempre em uma posição hierarquicamente subalterna. Esse conhecimento auxiliou os administradores coloniais que tinham grande interesse em conhecer melhor seus dominados. Os missionários usaram esse conhecimento para converter e catequizar. Comerciantes aproveitavam esse conhecimento para gerar mais riquezas a partir da relação com essas populações consideradas selvagens.

Mas também houve interesse genuinamente científico na produção desse conhecimento, inicialmente a partir de uma perspectiva de compreensão da “história da humanidade”. Acreditava-se que as sociedades “primitivas” eram um retrato do passado, um estágio anterior da própria sociedade europeia, e, por isso, essas sociedades poderiam ser um laboratório para experimentações e descobertas.

Assim, a primeira compreensão dita científica dos povos não europeus passou pela noção de que a história seguia um curso linear e que as sociedades seguiam essa linha se apresentando então em estágios diferentes de evolução. Sociedades eram classificadas das “mais simples” para as “mais complexas”, definindo qual a sociedade mais arcaica e considerando seu comportamento a manifestação mais primitiva de humanidade possível de se observar.

Lewis Henry Morgan, Edward B. Tylor e James George Frazer são alguns dos pensadores responsáveis por essa concepção das sociedades. Segundo eles, era possível definir degraus de evolução a partir da observação das sociedades colonizadas. Estipulava-se, por exemplo, que “selvagens” eram como crianças, pessoas com a inteligência ainda por se desenvolver ou mesmo limitada, o que aponta seu grau de inferioridade na escala do desenvolvimento humano. Aqui a ideia de **progresso** é central, indo da **selvageria** à **civilização**.

Vendo o desenvolvimento tão politicamente comprometido das Ciências Humanas (especialmente a Antropologia) há de se perguntar qual seu real objetivo ou função. E é verdade, a Antropologia (assim como as outras ciências humanas) surgiu como uma ciência sob a égide da dominação e seus impactos são devastadores e comparáveis à eventos mais “diretos” de destruição causados por outras formas de conhecimento. A dominação alcançada a partir da Antropologia ajudou a apagar da existência populações inteiras e, junto a elas, suas cosmologias, epistemologias e formas de ser e estar no mundo.

De Certa forma, a Antropologia ajudou a legitimar uma forma de existência padronizada e homogênea, sendo inicialmente avessa à diferença. Hoje a Antropologia (como atividade consciente de seus praticantes) busca o contrário, auxiliar o humano a compreender e aceitar a diferença.

Sendo assim, a corrente antropológica conhecida como **evolucionismo social** serviu tanto como forma de explicação como de dominação. Amparando a ação da Europa sobre o mundo e justificando a opressão e exploração como forma de levar a civilização para as outras sociedades e grupos humanos.

Essa corrente está profundamente relacionada com as ciências naturais, especialmente a biologia, inspirados na proposta darwiniana sobre a evolução biológica. Evolucionistas sociais defendiam a soberania daqueles que consideravam superiores e defendiam a ideia de progresso. Hebert Spencer é um dos pensadores responsáveis por aprofundar a concepção, colaborando para o conjunto de ideias que gerou o **Darwinismo Social**, uma tentativa de aplicar as ideias de Darwin à interpretação das sociedades. Nele a organização social é uma expressão de características biológicas dos indivíduos. Esse conceito motivou as ideias de **eugenia**, **racismo**, **imperialismo**, **neocolonialismo**, **fascismo**, **nazismo** e interferiu na luta entre grupos e etnias nacionais. Cuvier também colaborou com a concepção, propondo a separação da humanidade em três raças: **caucasiana**, **etíope** e **mongólica**. Todo esse conjunto gerou impactos políticos e sociais, além de consequências para a própria ciência. Com base na noção darwinista de superioridade de uma raça sobre a outra e da própria possibilidade de separação entre tipos humanos (uns mais humanos que os outros) surgiram propostas de seleção de humanos por projetos de embranquecimento populacional e até a castração dos mais pobres, afirmando que o fracasso é uma característica biologicamente determinada.

A ideia de progresso mobilizada aqui, obviamente, é espelhada na civilização europeia. Como a evolução é linear, todos os povos estão abaixo dos povos europeus. O progresso é fundado na ideia de avanço tecnológico, ou seja, a civilização capaz de criar aparatos cada vez mais avançados são as mais evoluídas. Essa fundamentação parece autoevidente, mas é totalmente arbitrária. Como sabemos, o desenvolvimento científico e tecnológico pode dar espaço para a realização das maiores barbaridades da história, seja o lançamento de bombas atômicas ou a proposta eugênica.

Pensar em si mesmo como superior a partir de uma análise enviesada da cultura do outro é um fenômeno conhecido como **etnocentrismo**. A escolha da tecnologia como régua para medir o “nível evolutivo” das sociedades é um exemplo de etnocentrismo. Fatores e fenômenos sociais são historicamente privilegiados em detrimento a outros. Enquanto algumas sociedades (principalmente europeias) privilegiam o desenvolvimento tecnológico, muitos grupos das diversas etnias africanas não admitem que pessoas não tenham onde morar e vivam na rua. Se sustentabilidade fosse o critério de classificação evolutiva é bem provável que a Europa, no contexto do séc. XIX, fosse classificada como “bárbara”.

Nas Ciências Humanas esse modo de pensamento não só foi abandonado, como foi repudiado por ser anticientífico. Pensar em outras sociedades como selvagens, bárbaras ou primitivas apenas por não privilegiar os mesmos elementos que a sociedade ocidental europeia é claramente infundado e só se torna possível no interior de uma visão limitada de mundo, onde todos são invariavelmente iguais. Assim, se seguir trajetórias diferentes de evolução não é admitido, a diferença só pode ser explicada por uma variação verticalizada de desenvolvimento. O dever das sociedades de cima é “puxar” as de baixo.

Os pensadores dessa época enxergavam as sociedades ditas primitivas como desorganizadas. Perceberam que muitas delas não possuíam a ideia de **propriedade privada** e presença do **Estado**. Assim, essas instituições ficaram definidas como forma de diferenciar as sociedades das mais atrasadas para as mais avançadas. Sociedades tradicionais manifestavam sua estrutura social nos pertencimentos **familiares** e de **parentesco**, motivo pelo qual esse fenômeno (parentesco) é amplamente estudado até hoje.

Particularismo e relativismo cultural

Esse é o início do afastamento do pensamento sobre cultura do evolucionismo social. Franz boas é o pensador responsável pela primeira crítica efetiva às teorias evolucionistas. No final do séc. XIX o autor confronta duramente o pensamento “civilizador” euroamericano. O sentido da palavra **cultura** tal qual conhecemos hoje só é possível pela reinterpretação de Boas sobre o assunto. Diminuindo a importância da “civilização” na definição de cultura, Boas atribui a todos os povos uma produção cultural. Ele é o primeiro a apresentar uma proposta **pluralista**, falando em termos de “culturas” em vez de “cultura”. Em vez de algo que só sociedades civilizadas podem produzir, a cultura passa a ser um atributo de toda formação social: é impossível que um grupo humano se organize sem produzir cultura. Essa proposta inicia a derrubada das hierarquias culturais cientificamente embasadas. O pensamento colonial e o racismo científico perdem eficácia sendo destituídos de sua cientificidade. Cada cultura se torna única e fonte de sua própria energia geradora. Para ser cultura (e, assim, civilizada) nenhuma sociedade depende da ação dos colonizadores. A antropologia passa a se dedicar então a estudar e compreender essa energia própria de cada cultura, suas características únicas e singularidades.

Não é que Boas rompa totalmente com a noção evolutiva da humanidade. Para ele ainda há a possibilidade de estabelecer níveis de desenvolvimento evolutivo. O que é derrubado aqui é a hierarquização entre sociedades, sendo cada uma “livre” para traçar sua própria trajetória histórica de desenvolvimento, no que fica definido como particularismo cultural. O estabelecimento de critérios objetivos de comparação perde sentido e o etnocentrismo fica exposto.

O estudo da cultura acaba por chegar ao **relativismo cultural**. Para entender e analisar uma dada cultura, o relativismo cultural defende a observação dos critérios e fenômenos estabelecidos pela própria cultura. O relativismo cultural é, assim como o etnocentrismo, uma tomada de posição, mas no sentido inverso. O relativismo cultural pressupõe a não imposição de valores externos ao grupo analisado. Enquanto o etnocentrismo foi usado para justificar posições opressoras baseadas no evolucionismo, o relativismo

inaugura numa nova proposta sociopolítica, que propõe o respeito e a tolerância. É um enfrentamento não preconceituoso de questões sérias de coexistência e convivência.

Apesar das vantagens do ponto de vista civilizacional (a ampliação do que se acredita ser cultura amplia o que se acredita ser civilização), o relativismo cultural enfrenta um problema aparentemente imobilizador. Em termos políticos, se um grupo social deve ter sua cultura analisada conforme suas próprias características, então como encarar costumes frontalmente contrários àquilo que consideramos inegociável? Como avaliar mutilações a mulheres, apedrejamentos de homossexuais e outros fenômenos contrários à vida e às condições mínimas de dignidade humana?

Esse problema levou a respostas diversas, inclusive à rejeição do relativismo. Mas a solução relativamente simples passa por dois movimentos: **olhar para si e olhar para os outros**. Começando por nós mesmos, é importante observar nossa posição frente a esses problemas em nossas próprias sociedades. Apesar de legalmente esses fenômenos não serem admitidos, ainda vivemos em uma sociedade (no caso do Brasil) extremamente violenta, tanto na questão feminina quanto na homoafetiva. Se nossa resposta a um fenômeno que existe em nossa sociedade é a indignação, então a resposta a um fenômeno que existe em outra sociedade também pode ser. Complementar a essa posição vem o olhar para o outro. Se, no interior dessa cultura, dinâmicas opressivas se manifestam, então elas são injustas. A questão é saber dialogar com as camadas oprimidas dessas culturas e identificar o que de fato é opressão, produzindo uma crítica nos próprios termos dessa cultura, assim como fomos capazes de produzir críticas a fenômenos injustos e opressores no interior de nossas culturas utilizando nossos próprios termos.

O conceito de identidade e sua importância para a antropologia contemporânea

A proposta relativista e o posterior desenvolvimento do conceito de cultura permite perceber então que há variadas e inúmeras culturas ao redor do mundo, cada uma com seus respectivos valores, crenças, ideais, etc. Nessa perspectiva notamos como a cultura define nossa identidade, já que **"identidade"** é o conjunto de caracteres próprios e exclusivos com os quais se podem diferenciar pessoas, animais, plantas e objetos inanimados uns dos outros, quer diante do conjunto das diversidades, quer ante seus semelhantes.

Junto ao conceito de Identidade se discute a **alteridade** (ou outridade), uma concepção que parte do pressuposto básico de que todo o homem social interage e interdepende de outros indivíduos. Assim, como muitos antropólogos e cientistas sociais afirmam, a existência do **"eu-individual"** só é permitida mediante um contato com o **"outro"** (que em uma visão expandida se torna o Outro - a própria sociedade diferente do indivíduo). Dessa forma eu apenas existo a partir do outro, da visão do outro, o que me permite também compreender o mundo a partir de um olhar diferenciado, partindo tanto do diferente quanto de mim mesmo, sensibilizado que estou pela experiência do contato. Assim percebemos que a identidade é formada tanto pelo conjunto de práticas e características que assumimos como pelo conjunto que não assumimos.

Quando compreendemos isso, percebemos que o "outro", o diferente, não é um "não eu" ou um "anti eu", ele é um sujeito portador de dores e desejos, sofrimentos e realizações, que unicamente se difere por adotar para si um conjunto de práticas e características diverso do "meu". O conceito de identidade se torna tão importante na compreensão do ser humano que o debate atual na Antropologia defende a substituição do conceito de cultura pelo de identidade.

Símbolos, aculturação e a polêmica da apropriação cultural

É possível perceber, também, que estas variadas culturas estão em contínuo processo de transformação e que muitas vezes entram em contato entre si, seja de modo pacífico ou conflitivo. A cultura é volátil, impermanente, ela muda as formas como se apresenta e guia seus membros. Quando duas ou mais culturas distintas entram em contato entre si, fundindo-se e se interpenetrando, estamos diante daquilo que os antropólogos chamam tecnicamente de **aculturação**.

Como falado antes, essa troca entre culturas pode ser pacífica ou conflitiva. Entretanto, um ponto a se ressaltar é a dinâmica de poder que ocorre entre grupos distintos. Normalmente uma elite social impõe sua forma de ser (cultura) aos outros integrantes da sociedade como a forma certa, o que pressupõe que manifestações culturais de grupos subalternizados são erradas. Como forma de afirmação, esses grupos se identificam nos seus símbolos culturais os atribuindo poder e prestígio (como, acessórios, penteados, modificações corporais etc.).

Quando o grupo que forma a elite passa a utilizar desses elementos, considerando-os exóticos ou lucrativos, questiona-se a legitimidade desse uso. Isso porque se argumenta que esses símbolos passam a ser muitas vezes formas de resistência à opressão exercida pela elite e também porque seu uso fora do grupo social subalterno representa um esvaziamento do sentido daquele símbolo. A essa dinâmica de poder e trocas culturais se convencionou chamar **apropriação cultural** e o debate atual sobre o tema é amplo.

O termo aculturação ganhou esse prefixo porque os antropólogos do início do séc. XX compreendiam a cultura como as manifestações visíveis, os comportamentos dos indivíduos e grupos. Quando uma cultura “trocava” fenômenos com outra, muitos lamentavam os efeitos de perda cultural que significava assumir um comportamento diferente do original. Essa foi inclusive a postura de muitos pensadores em relação à expansão do capitalismo e globalização, fenômenos que promoveram uma padronização dos comportamentos ao redor do globo. Entretanto, com a virada da antropologia interpretativa de Clifford Geertz, a cultura passou a ser entendida como um código de significação, um aparato mental que atribui sentido a signos, tornando-os símbolos. Inspirados na sociologia weberiana da busca pelo sentido, esses antropólogos defendiam que o comportamento é importante, mas não tanto quanto o sentido atribuído pelo indivíduo a dado comportamento. Dessa forma, passar a se comportar como um grupo diferente não apaga a cultura, mas a transforma, pois aquele fenômeno novo é absorvido e passa a ter um significado no interior da própria cultura. Foi assim que o conceito de aculturação, apesar do prefixo, passou a definir a transformação cultural ocasionada do contato.

Diversidade, multiculturalismo e monoculturalismo

Por sua vez, uma vez ocorrida, a aculturação tem como consequência a concretização **multiculturalismo** ou do hibridismo cultural, que é precisamente a coexistência de várias matrizes culturais, no interior de um mesmo espaço, ao mesmo tempo. O fato de existirem várias culturas no mundo, mas em lugares diferentes ou épocas diferentes, não é multiculturalismo. Essa diferença pode ser interpretada como **diversidade cultural**, que é o reconhecimento da diferença sem incluir necessariamente a coexistência. O multiculturalismo só se dá no contexto de uma pluralidade coexistente e não distante.

Apesar do reconhecimento da cultura como um código simbólico, é importante ressaltar que o avanço tecnológico que permite o encurtamento das distâncias e a intensificação das relações sociais ocorrem através de dinâmicas de poder, onde grupos humanos melhor posicionados na hierarquia mundial promovem a disseminação de seus modos de ser e estar. Isso significa dizer que, mesmo interpretando as culturas como

um conjunto de símbolos e não de comportamentos, observamos que fenômenos como o capitalismo e globalização impulsionam uma padronização e homogeneização cultural. Reações nacionalistas de alguns grupos também promovem a homogeneização, onde imigrantes e refugiados são aceitos apenas se incorporados na dinâmica cultural do grupo majoritário. A esse fenômeno e sua mobilização política chamamos de monoculturalismo e políticas **monoculturalistas**.

Patrimônio cultural

Atualmente, patrimônio cultural é considerado tudo aquilo que possui relevância cultural para um determinado grupo, independentemente da posição social. Ele pode ser ligado à história de um povo, carregando a memória e conectando o grupo com suas tradições ou eventos memoráveis, como ser relevante pelo valor e capacidade de representação do grupo, seja étnica, bibliográfica ou artisticamente. Podem ser considerados como patrimônios culturais **festas, artes, culinária, arquitetura, paisagens**, etc. Esses bens tangíveis e intangíveis se tornam patrimônios culturais pela sua particularidade e significativa forma de expressão cultural, remetendo à ancestralidade, história, identidade e expressão de um grupo.

Os patrimônios culturais se apresentam em duas categorias: **materiais e imateriais**. Os materiais são bens culturais tangíveis de um povo. Podem se referir a museus, monumentos arquitetônicos, igrejas, bibliotecas etc. Exemplos de bens materiais são: o Centro Histórico de Ouro Preto (MG) e o Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro (RJ). Já os imateriais são os bens intangíveis. Eles abrangem expressões simbólicas ancorados em costumes e formas de expressão como música, dança, festas, saberes etc. São exemplos de bens imateriais: a Capoeira, o Carimbó e a Folia de Reis. Alguns patrimônios culturais transitam entre essas tipificações, como as paisagens culturais.

Muitas vezes os exemplos de patrimônios culturais apontam para fenômenos mais cristalizados, mais explícitos da expressão cultural. Mas muitos fenômenos naturalizados por nós também compõem o patrimônio cultural. Os nossos **modos de ser e de viver** são definidos culturalmente. Se um indivíduo nasce num ambiente sem nenhuma interação cultural, ele não aprenderá a falar e não aproveitará das intervenções humanas no ambiente.

Nós surgimos e nos definimos como indivíduos em um ambiente cultural. A cultura molda nossas personalidades, como vemos o mundo e nossas identidades. As expressões de um povo são representadas por esses fenômenos que, por isso, são tão importantes. Eles carregam a história, a memória e a expressão e realizações de um grupo, mantendo valores que nos ensinam a interagir em sociedade.

Um bem, para ser considerado patrimônio cultural, não depende do reconhecimento do Estado ou qualquer outra entidade. O que define um patrimônio é exatamente sua **relevância cultural** para um povo. Entretanto, é comum ver ações de reconhecimento, conservação e manutenção de patrimônios culturais por parte da estrutura estatal. No Brasil o principal órgão com esse objetivo é o **IPHAN** - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O IPHAN é responsável por tomar os bens e patrimônios. Mas o que é tomar? A expressão **tombamento** e Livro de Tombo provém do Direito Português, onde a palavra tomar tem o sentido de registrar, inventariar e inscrever bens nos arquivos do Reino. O Tombamento protege bens de interesse público das vontades individuais, com o objetivo de resguardar e garantir direitos e interesses do conjunto da sociedade. Para que um bem venha ser tombado ele precisa passar pela análise representantes da sociedade civil, sendo consultado um Conselho do Patrimônio Cultural composto de representantes das várias dimensões sociais e de órgãos públicos.

A **Unesco** - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – é uma organização da ONU com o objetivo de contribuir para a paz e segurança no mundo mediante a educação, ciências naturais, ciências sociais/humanas e comunicações/informação. Dentre os caminhos que a Unesco utiliza para alcançar seu objetivo está a preservação, conservação e manutenção de bens materiais e imateriais. Patrimônios salvaguardados pela Unesco são conhecidos como Patrimônios Mundiais ou Patrimônios da Humanidade.

Se liga!

Você já parou para pensar por que os seres humanos conseguiram ocupar praticamente toda a superfície habitável do planeta? E mais, conseguimos, com relativo grau de sucesso, mapear quase 100% do globo. Na verdade, em 2019 pesquisadores da ONG *The Nature Conservancy* concluíram que apenas 5% da superfície não sofreu alguma interferência humana. Isso acontece porque o ser humano, diferente dos outros seres vivos, desenvolveu um mecanismo de interação com o ambiente chamado cultura. A cultura é uma resposta ao ambiente pela mudança de hábitos, que permite uma adaptação mais rápida que a obtida pela evolução biológica. É por isso que, apesar de ser dotado de incríveis habilidades, o urso polar está restrito à uma porção reduzida do planeta, enquanto o ser humano consegue habitar partes do mundo em condições radicalmente diversas.

Na Cultura

Babies – Documentário. O cineasta Thomas Balmès viajou o mundo observando os dois primeiros anos de vida de quatro bebês na Namíbia, Mongólia, Japão e EUA. O registro traz as crianças interagindo com suas famílias e as mais inusitadas situações nas quais podem ser envolvidas em suas respectivas culturas.

Exercícios

1. (Enem 2013) A recuperação da herança cultural africana deve levar em conta o que é próprio do processo cultural: seu movimento, pluralidade e complexidade. Não se trata, portanto, do resgate ingênuo do passado nem do seu cultivo nostálgico, mas de procurar perceber o próprio rosto cultural brasileiro. O que se quer é captar seu movimento para melhor compreendê-lo historicamente.

(MINAS GERAIS. Cadernos do Arquivo 1: Escravidão em Minas Gerais. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1988.)

Com base no texto, a análise de manifestações culturais de origem africana, como a capoeira ou o candomblé, deve considerar que elas

- a) permanecem como reprodução dos valores e costumes africanos.
 - b) perderam a relação com o seu passado histórico.
 - c) derivam da interação entre valores africanos e a experiência histórica brasileira.
 - d) contribuem para o distanciamento cultural entre negros e brancos no Brasil atual.
 - e) demonstram a maior complexidade cultural dos africanos em relação aos europeus.
2. (Uem 2017) O termo “cultura” possui significados distintos de acordo com contextos próprios. Assinale a(s) alternativa(s) **correta(s)** em relação a concepções de cultura correntes nas Ciências Sociais.
- (01) Embora os seres humanos já nasçam preparados para viver com outros de sua espécie, cada pessoa aprende formas culturais específicas pertencentes à sociedade onde nasceu e viverá.
 - (02) O acesso à cultura é uma escolha pessoal e depende dos gostos e estilos preferidos por cada um.
 - (04) Os únicos tipos legítimos de expressão cultural para a sociologia são a literatura, a poesia, a música, o teatro e a pintura.
 - (08) Elementos relacionados à percepção do mundo, a ideias e valores são considerados formas da cultura que penetram a consciência humana e passam a constituir a visão de mundo dos indivíduos.
 - (16) A família humana é a instituição onde a socialização primária das crianças inicia sua constituição como seres culturais.

Soma: ()

Gabaritos

1. C

- a) O texto deixa claro que não se trata de uma reprodução, mas da compreensão do processo histórico da cultura brasileira.
- b) Elas estão diretamente ligadas ao seu passado, de modo que é importante conhecê-lo para melhor compreendê-las.
- c) Essas manifestações culturais são resultantes de elementos africanos misturados com elementos brasileiros, uma cultura híbrida.
- d) Compreender essas manifestações favorece a integração interracial, uma vez que elas não são “coisas de negros”, mas de brasileiros.
- e) Essa alternativa não possui nenhum nexo com a questão.

2. 01 + 08 + 16 = 25.

As afirmativas [02] e [04] são as únicas incorretas. Para as ciências sociais, não existem expressões culturais mais legítimas que outras. Uma vez que todo ser humano adquire cultura ao se socializar, toda expressão cultural é coletiva e válida.